

**INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PARAÍBA**

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS  
Edital Nº 275/2013 de 19 de setembro de 2013

# CADERNO DE QUESTÕES

PROVA REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2013

CÓDIGO 17 | Contador

## OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Este caderno tem um total de 40 (quarenta) questões, distribuídas da seguinte forma:  
Questões de 01 a 10: Língua Portuguesa  
Questões de 11 a 20: Legislação do Serviço/Servidor Público Federal  
Questões de 21 a 25: Noções de Informática  
Questões de 26 a 40: Conhecimentos Específicos
- Verifique se este caderno está completo.
- Para cada questão são apresentadas cinco alternativas de resposta (a, b, c, d, e), sendo que o candidato deverá escolher **apenas uma** e, utilizando caneta esferográfica azul ou preta, preencher o círculo (bolha) correspondente no cartão-resposta.
- As respostas das questões deverão, obrigatoriamente, ser transcritas para o cartão-resposta, que será o único documento válido utilizado na correção eletrônica.
- Verifique se os dados constantes no cartão-resposta estão corretos e, se contiver algum erro, comunique o fato imediatamente ao aplicador/fiscal.
- O candidato terá o **tempo máximo de 04 (quatro) horas** para responder a todas as questões deste caderno e preencher o cartão-resposta.
- **NÃO HAVERÁ SUBSTITUIÇÃO**, sob qualquer hipótese, deste caderno, nem do cartão-resposta.
- Não serão dadas explicações durante a aplicação da prova.

**BOA PROVA!**

## LÍNGUA PORTUGUESA

### Texto

#### Brasil vive fetiche por tecnologia na educação

1 Não há pessimista capaz de achar ruim o fato de a educação brasileira, num período de dez anos, ter virado uma pauta importante de conversa, do motorista de táxi ao parlamentar. Antes disso, era papo de intelectual.

5 A notícia não muito boa é que muitos vícios e mazelas da velha educação parecem ter sido transmitidos para uma nova geração de jovens criativos e, sobretudo, bem intencionados. Basta frequentar eventos de aceleradoras ou incubadoras de negócios para constatar que há uma enxurrada de aplicativos e *gadgets* desenvolvidos por estudantes que procuram “transformar” a sala de aula e a maneira com que a educação encara os desafios deste mundo. De perto, essa é uma possibilidade remota pelo que é apresentado por eles.

10 É importante notar: a educação jamais será transformada por pensadores. Esse é o amargo legado que as conservadoras faculdades de Pedagogia deixaram às políticas públicas brasileiras, nos últimos 50 anos, exumando os cadáveres dos pensadores do passado. O universo da educação precisava mesmo dessa invasão bárbara de engenheiros, jornalistas, médicos e outros tantos.

15 O que tem faltado aos novos empreendedores de *start-ups* e criadores de aplicativos é um olhar sistêmico sobre o tema e a troca de conhecimento com quem está na linha de frente, ou seja, o professor e o diretor da escola. Aliás, essa é uma geração que trabalha em rede, mas tem muita dificuldade em escutar o colega ao lado. [...]

20 Os aplicativos, sites e outras novidades tecnológicas têm de estar alinhados com ações de alguma dessas frentes para tornar real o impacto de transformação. Eles não têm valor por si só. Para não ser injusto, há boas novidades nas áreas do ensino adaptativo e do uso de games, que apresentam esse potencial.

25 Criar protótipos e arriscar são partes importantes do universo da criação. Mas, quando escuto a justificativa de algum desses empreendedores, sinto que a educação a qual eles se referem não é a mesma que eu conheço. Há pouco trabalho de pesquisa sobre estrutura e conjuntura do cenário e muitas abordagens sobre o tema parecem ingênuas.

30 O país vive um momento de fetiche e deslumbramento pela tecnologia na educação. Meu único receio é que nesse deleite esqueçamos o principal: o currículo conteudista ainda está vivo e passa bem. [...]

01. O termo “fetiche”, utilizado no título para se referir ao comportamento dos brasileiros em relação à tecnologia na educação,
- a) prenuncia um posicionamento parcial do enunciador em relação ao tema discutido.
  - b) revela o culto irrestrito aos aplicativos e *gadgets*, alinhados à matriz curricular que estabelece os domínios aplicados em sala de aula.
  - c) constitui uma inadequação linguística, já que o assunto abordado requer o uso de termos técnicos ligados ao campo semântico da tecnologia.
  - d) reforça o caráter ingênuo dos brasileiros quando se trata de aquisição de produtos tecnológicos que favorecem o processo de ensino e aprendizagem.
  - e) denuncia o deslumbramento pelo mundo virtual, na sala de aula, o que justifica o baixo rendimento do estudante brasileiro após o *boom* tecnológico.
02. Em relação ao uso da tecnologia na educação no Brasil, o texto defende a seguinte ideia:
- a) Há um limitado acesso à informática por parte de determinados profissionais.
  - b) O fascínio pela tecnologia pode negligenciar o conhecimento formal disponibilizado pela escola.
  - c) O domínio das ferramentas tecnológicas, no processo educativo, acarretou prejuízos nas relações interpessoais.
  - d) Os aplicativos e *gadgets*, desenvolvidos por estudantes, são responsáveis pela transformação pedagógica, erradicando os baixos índices de leitura entre os jovens brasileiros.
  - e) Os idealizadores de políticas públicas na educação, em conjunto com profissionais da engenharia, do jornalismo e da medicina, estão em dissonância com os novos suportes digitais.

03. Ao finalizar o texto com a expressão popular “está vivo e passa bem”, o autor
- a) ratifica o fato de a internet não oferecer subsídios para um ensino mais centrado na autonomia do aluno.
  - b) reporta-se às experiências negativas no universo educacional, decorrentes de vícios e mazelas da educação tradicional.
  - c) chama a atenção para outro aspecto relevante no processo educacional que parece negligenciado pela inclusão da tecnologia.
  - d) lembra que o uso de recursos tecnológicos na escola impede a prática efetiva dos conhecimentos específicos, previstos pela matriz curricular.
  - e) registra o fato de as pesquisas científicas sobre estrutura e conjuntura da abordagem pedagógica, na sala de aula, basearem-se na interação entre currículo e tecnologia.
04. No específico domínio social de comunicação em que o texto foi produzido, o autor se vale de certos procedimentos linguístico-discursivos na produção de sua mensagem, cujo objetivo é
- a) discutir as novas tecnologias no processo educativo, de modo a aliá-las ao currículo conteudista.
  - b) levantar dados que comprovem o uso de ferramentas midiáticas pela nova geração de jovens criativos.
  - c) descrever ações relativas ao ensino de tecnologias da informação a serem adotadas pelas escolas em seu currículo.
  - d) defender a democratização da utilização do moderno aparato tecnológico entre os brasileiros de diferentes classes, do motorista de táxi ao parlamentar.
  - e) incentivar os leitores de jornais sobre a necessidade de se manterem atentos às revoluções tecnológicas de seu tempo, haja vista a apropriação desses recursos pela escola.

05. Em se tratando da linguagem escrita, o texto deve primar pela clareza da mensagem, possível graças às ideias articuladas entre si, de modo a formar um todo compreensível. Considerando que os conectivos se prestam a estabelecer diferentes relações de sentidos entre os enunciados, analise os trechos a seguir e suas respectivas justificativas de uso e assinale (V), para o que for Verdadeiro, e (F), para o que for Falso.

- ( ) Em “Meu único receio é **que** nesse deleite esqueçamos o principal”, o conectivo “**que**” substitui “Meu único receio”. (linha 30)
- ( ) No trecho “**Para** não ser injusto, há boas novidades nas áreas do ensino adaptativo”, o termo destacado estabelece ideia de finalidade. (linha 22)
- ( ) No fragmento “**Eles** não têm valor por si só”, o pronome em destaque retoma a expressão “Os aplicativos, sites e outras novidades tecnológicas”. (linha 21)
- ( ) Em “há boas novidades nas áreas do ensino adaptativo e do uso de games, **que** apresentam esse potencial”, o pronome destacado refere-se a “boas novidades nas áreas de ensino adaptativo e do uso de games”. (linha 22)

A sequência **CORRETA** para as proposições é:

- a) V, V, V, V
- b) V, V, V, F
- c) F, V, F, F
- d) F, V, V, V
- e) V, F, V, F

06. Algumas marcas linguísticas constituem recursos argumentativos que produzem efeitos de sentido nas situações efetivas de interlocução. Partindo desse pressuposto, considere o termo destacado em “**Aliás**, essa é uma geração que trabalha em rede, mas tem muita dificuldade em escutar o colega ao lado”, e, em seguida, analise os comentários sobre ele.

- I – O termo pode ser substituído por “ou melhor” sem qualquer alteração de sentido.
- II – O termo confere mais credibilidade aos argumentos, reforçando-os juntamente à ideia final do texto.
- III – Por introduzir um contraponto em relação à ideia anterior, o termo pode ser substituído por “entretanto”.
- IV – A palavra foi utilizada como recurso para evitar que o enunciador se comprometesse com o comentário sobre os novos empreendedores de *start-ups*.

É **CORRETO** apenas o que se afirma em:

- a) I
- b) I e II
- c) I, II e III
- d) III e IV
- e) II, III e IV

07. Considere os trechos abaixo:

- I – “O que **tem faltado** aos novos empreendedores de *start-ups* e criadores de aplicativos é um olhar sistêmico sobre o tema”.
- II – “[...] alinhados com ações de alguma dessas frentes para **tornar** real o impacto de transformação”.
- III – “[...] sinto que a educação a qual eles **se referem** não é a mesma que eu conheço.”
- IV – “[...] essa é uma geração que **trabalha** em rede”.

Com base nas relações sintáticas estabelecidas entre os verbos destacados presentes nos trechos e seus complementos, é **CORRETO** afirmar:

- a) Em II, o termo “real” funciona como complemento do verbo “tornar”.
- b) Em III, a forma verbal “se referem” não exige complemento.
- c) Em IV, a forma verbal “trabalha” não apresenta complemento verbal.
- d) Em I, III e IV, os verbos em destaque exigem complemento da mesma natureza.
- e) Em I, II, III e IV, os verbos destacados possuem significação completa, sendo facultativo o uso de complemento.

08. Considere as frases abaixo:

- I – “**Basta** frequentar eventos de aceleradoras ou incubadoras de negócios”.
- II – “Para não ser injusto, **há** boas novidades nas áreas do ensino adaptativo e do uso de games”.
- III – “Criar protótipos e arriscar **são** partes importantes do universo da criação”.

Tendo em vista a concordância dos verbos destacados, presentes nos trechos em questão, marque (V), para o que for Verdadeiro, e (F), para o que for Falso.

- ( ) Em I e II, os verbos não são flexionados no plural, pois não há sujeito nas orações.
- ( ) Em II, se o verbo “haver” fosse substituído por “existir”, este (o verbo “existir”) seria flexionado, de modo a concordar com “boas novidades nas áreas do ensino adaptativo e do uso de games”.
- ( ) Em III, o verbo “ser” é flexionado adequadamente no plural, a fim de concordar com o sujeito composto.
- ( ) Em I, pode-se substituir, com os ajustes necessários na ordem da frase, a forma verbal “basta” por “é o bastante” sem alteração de sentido e de estrutura sintática.

A sequência **CORRETA** para as proposições é:

- a) V, V, V, V
- b) V, V, V, F
- c) F, V, F, F
- d) F, F, V, V
- e) F, V, V, V

09. Nos trechos a seguir, o emprego da vírgula justifica-se pela mesma razão em todos os casos, com **EXCEÇÃO** de:

- a) “[...] capaz de achar ruim o fato da educação brasileira, num período de dez anos, ter virado uma pauta importante de conversa”.
- b) “Antes disso, era papo de intelectual”.
- c) “De perto, essa é uma possibilidade remota pelo que é apresentado por eles”.
- d) “[...] deixaram às políticas públicas brasileiras, nos últimos 50 anos, exumando os cadáveres dos pensadores do passado”.
- e) “[...] troca de conhecimento com quem está na linha de frente, ou seja, o professor e o diretor da escola”.

10. Considere o fragmento:

“Meu único receio é que nesse deleite esqueçamos o principal: o currículo conteudista ainda está vivo e passa bem.”

Sabendo que o uso da pontuação estrutura o texto para compreensão adequada da mensagem, analise as seguintes proposições:

- I – O uso dos dois pontos presta-se a anunciar a interferência de outro enunciador.
- II – A utilização dos dois pontos esclarece ao leitor a ideia apresentada anteriormente.
- III – O conectivo “e” deve ser precedido por vírgula, pois liga ações de sujeitos diferentes.
- IV – A expressão “nesse deleite” poderia estar entre vírgulas, sem desrespeitar a norma culta.

No que se refere à pontuação no trecho, é **CORRETO** o que se afirma em:

- a) I apenas
- b) II apenas
- c) III apenas
- d) II e IV apenas
- e) III e IV apenas

## LEGISLAÇÃO DO SERVIÇO/SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL

11. De acordo com art. 8º da **Lei 8.112/90**, são formas de provimento de cargo público:

- I – nomeação
- II – promoção
- III – adaptação
- IV – reversão
- V – reaproveitamento
- VI – reintegração
- VII – remoção

Mediante o exposto, considerar-se-á(ão) **CORRETA(S)** a(s) assertiva(s)

- a) apenas III, IV e VII.
  - b) apenas I e V.
  - c) apenas II, III e IV.
  - d) apenas I, II, IV e VI.
  - e) I, II, III, IV, V, VI e VII.
12. A **Lei 8.112/90**, no seu art. 20, dispõe que, ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, no qual serão observados os seguintes fatores, **EXCETO**:
- a) Assiduidade.
  - b) Disciplina.
  - c) Capacidade de liderança.
  - d) Produtividade.
  - e) Responsabilidade.

13. Complete o texto do art. 37, § 6º da **Constituição Federal do Brasil**:

“As pessoas jurídicas de \_\_\_\_\_ prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”.

- a) direito público interno e as de direito internacional
- b) direito público e as de direito privado
- c) direito público externo e as de direito privado
- d) direito público interno e as de direito público externo
- e) direito público e as de direito internacional

14. A **Constituição Federal do Brasil** determina no seu art. 206 que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios, **EXCETO**:

- a) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- b) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.
- c) Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
- d) Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
- e) Reprodução exclusiva de conhecimento empírico, durante o processo de formação profissional.

15. Quanto às **PENAS**, para os efeitos da **Lei 8.429/92**, no seu art. 12, em consonância com o art. 9º (Atos de Improbidade Administrativa que importam enriquecimento ilícito), considera-se **INCORRETA** a alternativa:

- a) Perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.
- b) Ressarcimento integral ao dano, quando houver.
- c) Perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos.
- d) Pagamento de multa civil de até quatro vezes o valor do acréscimo patrimonial.
- e) Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo prazo de dez anos.

16. A posse e o exercício de agente público, de acordo com a **Lei 8.429/92**, no seu art. 13, ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado. Considera-se **CORRETA** a assertiva, cujos itens são conteúdo da declaração:
- a) Imóveis, semoventes, móveis, títulos e ações.
  - b) Impostos, dinheiro, móveis, investimentos.
  - c) Taxas, caderneta de poupança, móveis, títulos e ações.
  - d) Contribuição de melhoria, semoventes, imóveis, investimentos.
  - e) Dinheiro, caderneta de poupança, móveis, impostos.
17. Quanto aos crimes contra a Administração Pública, segundo o **Código Penal Brasileiro**, nos seus arts. 312 ao 327, é **CORRETO** afirmar:
- a) Considera-se peculato mediante erro de outrem, apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
  - b) Considera-se concussão, exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
  - c) Considera-se corrupção ativa, exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
  - d) Considera-se excesso de exação, retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
  - e) Considera-se violência consensual, praticar violência, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la.
18. De acordo com o art. 313 do **Código Penal Brasileiro**, considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem
- a) transitoriamente com remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
  - b) sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
  - c) embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
  - d) com remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
  - e) sem remuneração, apenas no estágio probatório, exerce cargo, emprego ou função pública.

19. Segundo o anexo da **Lei 1.171/94** (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal), inciso IV, a remuneração do servidor público é custeada
- a) exclusivamente pelos tributos pagos indiretamente por todos.
  - b) exclusivamente pelos tributos pagos diretamente por todos.
  - c) pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos.
  - d) pelas taxas e impostos pagos direta e indiretamente por todos.
  - e) exclusivamente pelas taxas pagas indiretamente por todos.
20. Segundo o anexo da **Lei 1.171/94** (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal), inciso XXII, a pena aplicável ao servidor público pela COMISSÃO DE ÉTICA é
- a) a censura.
  - b) a advertência.
  - c) a suspensão.
  - d) a exoneração.
  - e) o afastamento do cargo em caráter permanente.

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

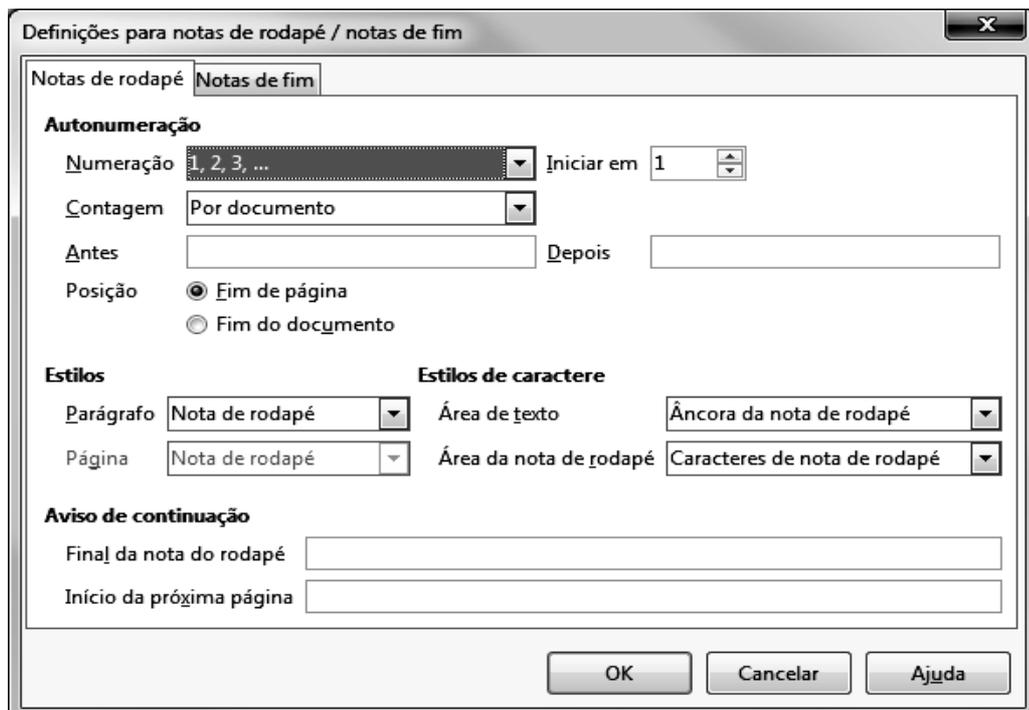
21. Considere, a seguir, as proposições relacionadas ao **Microsoft PowerPoint 2010**, versão em Português (Brasil):

- I – Cada apresentação contém, pelo menos, um *slide* mestre.
- II – Um modelo do *PowerPoint* é um padrão ou um plano gráfico de um *slide* (ou um grupo de *slides*) salvo como um arquivo *.potx*.
- III – Essa versão oferece suporte a Arquivos do Assistente para Viagem (*.ppz*).
- IV – Nessa versão, o recurso de “AutoRecuperação” substitui a opção de salvar manualmente o trabalho, com segurança.

Estão **INCORRETAS** as proposições:

- a) I e II apenas.
- b) I e III apenas.
- c) II e IV apenas.
- d) III e IV apenas.
- e) I, II, III e IV.

22. A figura a seguir apresenta a janela de definições para notas de rodapé e notas de fim do editor de textos **LibreOffice Writer 4.1.1**, versão em Português (Brasil):



A janela apresentada pode ser acessada por meio do menu:

- a) Editar
  - b) Exibir
  - c) Inserir
  - d) Formatar
  - e) Ferramentas
23. No navegador **Firefox**, versão 24, o recurso “Navegação Privativa” permite que o usuário navegue na Internet sem que o *browser* guarde informações sobre os *sites* e páginas que ele visitou. Indique a combinação de teclas de atalho do teclado cuja função é a de abrir uma nova janela privativa vazia.
- a) Ctrl+J
  - b) Ctrl+O
  - c) Ctrl+Shift+P
  - d) Ctrl+Shift+H
  - e) Alt+Home
24. Sobre o sistema operacional **Microsoft Windows 7**, versão em Português (Brasil), é **CORRETO** afirmar:
- a) A “Troca Rápida de Usuário” permite que uma segunda pessoa efetue *logon* no computador, sem a necessidade de que a primeira tenha de efetuar *logoff* ou fechar seus programas e arquivos.
  - b) Presente nas edições *Starter*, *Home* e *Professional*, o recurso “Controle dos Pais” ajuda a limitar o tempo que as crianças podem usar o computador.
  - c) O “Índice de Experiência do *Windows*” permite medir a capacidade de configuração de *hardware* e *software* do computador e expressar essa medida como um número, denominado pontuação básica, numa escala de 0 a 10.
  - d) A capacidade de criptografar unidades usando “Criptografia de Unidade de Disco *BitLocker*” está disponível em todas as edições do *Windows 7*.
  - e) A “Hibernação” coloca os documentos e programas abertos no disco rígido, mas não desliga o computador.

25. Observe, na figura abaixo, um trecho de uma planilha feita no *Microsoft Excel 2010*, versão em Português (Brasil).

	A
1	
2	45
3	90
4	78
5	

Considere que as células B2, B3 e B4 foram preenchidas com as fórmulas apresentadas no quadro abaixo:

Fórmula preenchida em B2	<code>=SE(A2&gt;89;"A";SE(A4&lt;79;"B";SE(A3&gt;69;"C";SE(A2&gt;59;"D";"E"))))</code>
Fórmula preenchida em B3	<code>=SE(A3&gt;89;"A";SE(A2&lt;79;"B";SE(A3&gt;=69;"C";SE(A4&lt;59;"D";"E"))))</code>
Fórmula preenchida em B4	<code>=SE(A4&gt;89;"A";SE(A2&gt;=79;"B";SE(A4&gt;69;"C";SE(A3&lt;59;"D";"E"))))</code>

Os resultados produzidos nas células B2, B3 e B4, separados por vírgula, serão, respectivamente:

- a) A, B, E
- b) B, A, C
- c) A, D, E
- d) B, A, B
- e) E, A, C

## Contador

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

26. O orçamento público se constitui em ferramenta de planejamento por meio da qual o gestor público estabelece o nível dinâmico de bem-estar da coletividade, tudo à luz da legislação e apoiado, essencialmente, na Constituição Federal. Em relação ao orçamento público, é incorreto afirmar:
- a) A elaboração do orçamento considera a análise da situação atual – diagnóstico – no sentido de identificar as ações a serem desenvolvidas.
  - b) Tendo em conta a escassez dos recursos públicos, quando da elaboração do orçamento público, são efetuadas escolhas de alternativas prioritárias às necessidades da sociedade.
  - c) O orçamento público, no Brasil, é parte componente do Sistema de Planejamento Integrado.
  - d) Na elaboração do orçamento público, um aspecto relevante diz respeito à aderência das alternativas escolhidas ao programa partidário do gestor público.
  - e) São componentes do Sistema de Planejamento Integrado: o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
27. Considerando a necessidade de o orçamento público ser uma expressão fiel do programa de um governo, para que sirva como elemento para a solução dos problemas da sociedade, entende-se como essencial a orientação de alguns princípios na sua confecção. São princípios que guiam a elaboração do orçamento:
- a) Programação, Unidade, Universalidade e Anualidade.
  - b) Clareza, Equilíbrio, Exclusividade e Accountability.
  - c) Programação, Equilíbrio, Partidas dobradas e Clareza.
  - d) Equilíbrio, Universalidade, Programação e Particularidade.
  - e) Essencialidade, Clareza, Equilíbrio e Unidade.

28. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é um dos órgãos reguladores do exercício prático da contabilidade e, nesse sentido, responsável pela edição da Resolução CFC nº 1.128/2008, a qual aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T) 16.1 – Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação. De acordo com a NBC T 16.1, para efeitos contábeis, não constitui entidade do setor público:
- a) Todo e qualquer órgão de direito público, independente da atividade que executa.
  - b) Fundo com personalidade jurídica de direito privado, que movimenta dinheiro e bens públicos na execução de suas atividades.
  - c) Pessoas jurídicas de direito privado, cuja atividade sem fins lucrativo e sem vínculo com o patrimônio público faz parte do terceiro setor.
  - d) A pessoa física que recebe subvenção, benefício ou incentivo fiscal de órgão público.
  - e) Os Fundos de direito público.
29. Contabilidade é entendida como a ciência que tem preocupações com o estudo do patrimônio das entidades, em referência, entre outros, aos aspectos qualitativos e quantitativos dos elementos patrimoniais e de resultados, seja a entidade de natureza pública ou privada. No que diz respeito à contabilidade pública, é incorreto afirmar:
- a) Tem entre os seus objetivos registrar e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias.
  - b) O balanço financeiro evidencia ativos e passivos da entidade pública.
  - c) O sistema patrimonial registra analiticamente todos os bens de caráter permanente.
  - d) Passivo permanente é composto por valores exigíveis a longo prazo.
  - e) Engloba, entre os seus subsistemas, o sistema orçamentário.
30. Tanto a receita quanto a despesa públicas têm estágios que representam etapas que precisam ser cumpridas pelos órgãos encarregados de executá-las. Correspondem, respectivamente, a estágio da receita e da despesa públicas:
- a) Previsão e lançamento.
  - b) Empenho e pagamento.
  - c) Liquidação e fixação.
  - d) Arrecadação e recolhimento.
  - e) Lançamento e liquidação.

31. Com relação aos sistemas que compõem o sistema de contabilidade das entidades públicas, aponte a alternativa correta:
- a) Evidenciar despesas empenhadas e despesas realizadas, à conta dos mesmos créditos, assim como as dotações disponíveis, é próprio do sistema orçamentário.
  - b) Os resultados comparativos entre a previsão e a execução orçamentária são evidenciados pelo sistema financeiro.
  - c) Evidenciar a situação líquida patrimonial se constitui como um dos objetivos do sistema financeiro.
  - d) Despesas não compreendidas na execução orçamentária são obrigatoriamente registradas no sistema de compensação.
  - e) O registro de débitos e créditos de natureza financeira é exclusividade do sistema patrimonial.
32. Não integra e/ou não acompanha a Lei do Orçamento, conforme previsto no artigo 2º da Lei nº 4.320/1964:
- a) Sumário geral de receita por fontes e da despesa por fundos do governo.
  - b) Quadro demonstrativo da receita segundo as categorias econômicas.
  - c) Percentual de execução da receita por períodos.
  - d) Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação.
  - e) Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação de fundos especiais.
33. O processo licitatório destina-se a garantir o princípio constitucional da isonomia, além de buscar selecionar a melhor proposta para a administração pública. Conforme disposto na Lei nº 8.666/1993, é próprio do processo licitatório:
- a) Admissão ou tolerância, nos atos de convocação, de cláusulas ou condições que restrinjam o seu caráter competitivo.
  - b) Em igualdade de condições, preferir bens e serviços produzidos no Brasil.
  - c) Estabelecer tratamento diferenciado de natureza trabalhista entre empresas brasileiras e estrangeiras.
  - d) Em nome da transparência, manter abertura pública e irrestrita ao conteúdo das propostas em período antecedente à respectiva abertura.
  - e) Não estabelecer margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

34. De acordo com as previsões contidas na Lei nº 8.666/1993, obras e serviços não poderão ser licitados, quando:
- a) Existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.
  - b) O projeto incluir no objeto de licitação a obtenção de recursos financeiros para a sua execução, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob regime de concessão, nos termos da legislação específica.
  - c) Houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma.
  - d) O produto dela esperado estiver contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual de que trata o artigo 165 da Constituição Federal, quando for o caso.
  - e) Houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório.
35. Entre os problemas que a criação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) tentou resolver no âmbito da administração pública, não constava:
- a) Emprego de métodos rudimentares e inadequados de trabalho.
  - b) Falta de informações gerenciais em todos os níveis da administração pública e utilização da contabilidade como mero instrumento de registros formais.
  - c) Defasagem na escrituração contábil de, pelos menos, 45 dias entre o encerramento do mês e o levantamento das demonstrações orçamentárias, financeiras e patrimoniais.
  - d) Inconsistência dos dados utilizados em razão da diversidade de fontes de informações e das várias interpretações sobre cada conceito.
  - e) Plano de treinamento do funcionalismo público, que desconhecia técnicas mais modernas de administração financeira.

36. A plena utilização do SIAFI exige o domínio de conceitos que dão sustentação ao sistema e que conduzem ao alcance dos objetivos para ele fixados. Não faz parte dos conceitos encontrados no glossário do SIAFI:
- a) BÔNUS – Prêmio ou vantagem que se concede aos portadores de determinados títulos, cupons etc., algumas vezes por meio de sorteio.
  - b) COMAC – Coordenação especial de acompanhamento dos maiores contribuintes.
  - c) DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO – É a diferença caracterizada pela execução da despesa maior que a receita num determinado período.
  - d) ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO – Procedimento relativo à apuração do resultado de cada período e respectiva transferência para a conta de resultado no patrimônio líquido.
  - e) DATA DE EFETIVIDADE – Cumpridos os pré-requisitos contratuais, define-se a data de efetividade, ou seja, a data a partir da qual o mutuário está apto a sacar recursos por conta da operação.
37. O estabelecimento de um plano de contas adequado permite que o responsável pela contabilidade pública desempenhe o seu papel de forma a alcançar os objetivos da preparação de informações relevantes e fidedignas para quem delas precisar. Conforme o Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público, da Secretaria do Tesouro Nacional, no plano de contas aplicado ao setor público, o agrupamento de contas permite:
- a) Identificar, classificar e efetuar a escrituração contábil pelo método das partidas dobradas, dos atos e fatos de gestão, de maneira uniforme e sistematizada.
  - b) Determinar os custos das operações do governo.
  - c) Acompanhar e controlar a aprovação e a execução do planejamento e do orçamento, evidenciando a receita prevista, lançada, realizada e a realizar, bem como a despesa autorizada, empenhada, realizada, liquidada, paga e as dotações disponíveis.
  - d) Conhecer a composição e a situação do patrimônio analisado, por meio da evidenciação de todos os ativos e passivos.
  - e) Analisar, interpretar e distribuir os resultados econômicos e financeiros pelos entes de direito.

38. O plano de contas aplicado a entidades do setor público está estruturado em classes, entre as quais não se encontra:
- a) Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.
  - b) Controles de aprovação do planejamento e orçamento.
  - c) Controles devedores.
  - d) Variações patrimoniais compensatórias.
  - e) Controles da execução do planejamento e orçamento.
39. O SIDOR, na qualidade de sistema auxiliar do administrador público, está relacionado à/ao:
- a) Necessidade de aumento da receita pública.
  - b) Apoio dado ao sistema contábil.
  - c) Obrigação prevista na Lei nº 4.320/1964.
  - d) Controle de despesa estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.
  - e) Aprimoramento do processo orçamentário federal.
40. As entidades públicas, por força de legislação específica, ficam obrigadas a elaboração de diversas demonstrações contábeis, cujas composições consideram, conforme a Lei nº 4.320/1964:
- a) Balanço financeiro: recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária.
  - b) Balanço patrimonial: ativo intangível.
  - c) Balanço orçamentário: receitas e despesas do exercício seguinte.
  - d) Demonstração das variações patrimoniais: alterações verificadas no ativo.
  - e) Demonstrações do resultado do exercício: receitas e despesas correntes.